

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4º REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado Contabilidade



N° de Inscrição MODELO

Prova Grupo P, Tipo 1

00001-001-001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS Maio/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O impacto decorrente da incorporação de todas as áreas agrícolas disponíveis na economia brasileira ainda não está claro, mas as apostas são altas. Além de haver largas extensões de terras virgens de onde extrair alimentos, é possível tirar muito mais da que já está sendo usada. Isso se deve ao fato de que, apesar de todo o avanço, o uso de tecnologia ainda é relativamente baixo na lavoura, quando comparado ao cenário dos países desenvolvidos. Uma mudança nesse quadro possibilitaria ganhos expressivos para o país. Hoje, ocupando uma área agrícola relativamente pequena, o Brasil já é uma potência mundial do campo. Temos o maior rebanho comercial bovino, a maior produção de laranja e de café, a segunda maior produção de soja e a terceira de milho. Segundo previsões recentes, a safra brasileira de soja nos próximos anos deve ultrapassar a dos americanos, colocando o país na posição de líder mundial.

Depois de um longo período de estagnação na década de 80, a safra de grãos no Brasil voltou a bater recordes seguidos. Na última, a colheita atingiu 120 milhões de toneladas e, para a próxima, a estimativa é de 130 milhões. Os números mostram que o campo, de patinho feio da economia, se transformou em seu setor mais dinâmico.

A agricultura moderna é a base de uma cadeia econômica altamente diversificada, que movimenta desde a venda de sementes até a indústria de computadores e programas. Segundo o IBGE, o agronegócio já representa 30% do PIB e gera quase 40% dos empregos. Manter esse trem nos trilhos depende de encontrar soluções para uma série de problemas. A competição com os países ricos é feroz. Mais do que isso, o Brasil precisa superar problemas no âmbito interno. As estradas usadas para escoamento da produção são precárias, os portos são pouco eficientes e, para muitos, a legislação ambiental é severa demais. Outro entrave está ligado à propriedade da terra, razão de grandes conflitos no país.

(Adaptado de Veja, 3 de março de 2004, p. 79-83)

 mas as apostas são altas. (início do 1º parágrafo)

A frase indica, considerando-se o contexto, que

- (A) muita gente tenta conseguir área disponível para o cultivo de grãos.
- (B) as perspectivas de maior produção agrícola no Brasil são bem grandes.
- o conhecimento necessário para o cultivo das terras ainda é insuficiente.
- (D) nem sempre a safra brasileira produz bons resultados, apesar da diversidade de produtos.
- (E) a disputa pela posse de terras disponíveis para o cultivo tornou-se arriscada e perigosa.

 Uma mudança nesse quadro possibilitaria ganhos expressivos para o país. (meio do 1º parágrafo)

De acordo com o texto, a mudança proposta equivaleria

- (A) à tentativa de recuperação da malha ferroviária, para facilitar o escoamento da produção agrícola.
- (B) à preocupação maior com o rebanho bovino e à expansão do comércio com países desenvolvidos.
- ao uso das terras atualmente ocupadas pela criação de gado no cultivo de novos produtos para consumo interno.
- (D) à diversificação da produção agrícola, priorizando culturas que não necessitam de modernos recursos tecnológicos.
- (E) ao cultivo de terras ainda inexploradas e à aplicação intensiva de tecnologia no campo.
- Isso se deve ao fato de que, <u>apesar de todo o avanço</u>... (meio do 1º parágrafo)

O segmento grifado na frase acima introduz no contexto a noção de

- (A) causa.
- (B) condição.
- (C) restrição.
- (D) inclusão.
- (E) consequência.

4. Os números mostram que o campo, de patinho feio da economia, se transformou em seu setor mais dinâmico. (final do 2º parágrafo)

A opinião transcrita acima baseia-se corretamente nos fatos apontados no texto, que são:

- (A) período sem alteração no quadro das colheitas e altíssimos níveis de produção de grãos, atualmente.
- (B) área agrícola explorada relativamente pequena e grandes extensões de terras virgens.
- (C) exploração prevista de terras virgens e expansão da lavoura nas áreas já cultivadas.
- (D) uso reduzido de tecnologia no Brasil e atividade agrícola nos países desenvolvidos.
- diversificação necessária de produtos agrícolas e aumento da quantidade de exportação.
- ... a safra brasileira de soja nos próximos anos deve ultrapassar <u>a</u> dos americanos...
 (final do 1º parágrafo)

O pronome grifado na frase acima evita a repetição, no texto, da expressão

- (A) a área agrícola.
- (B) a potência do Brasil.
- (C) a segunda maior produção de soja.
- (D) a safra brasileira de soja.
- (E) a safra de soja.

- Uma mudança nesse quadro <u>possibilitaria</u> ganhos expressivos para o país. (meio do 1º parágrafo)
 - O emprego da forma verbal grifada acima, considerandose o contexto, assinala um fato
 - (A) que acontece habitualmente.
 - (B) possível, a partir de uma condição anterior.
 - (C) anterior a outro, já passado.
 - (D) incerto, difícil de ser realizado.
 - (E) que decorre de um desejo irrealizável.
- <u>Temos</u> o maior rebanho comercial bovino... (meio do 1º parágrafo)
 - A frase do texto cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento daquele que está grifado acima é
 - (A) ... ainda não está claro...
 - (B) Isso se deve ao fato de que...
 - (C) ... a colheita atingiu 120 milhões de toneladas...
 - (D) ... se transformou em seu setor mais dinâmico.
 - (E) ... as estradas são precárias...
- 8. A concordância está feita corretamente na frase:
 - (A) Grandes extensões de terras, antes improdutivas, no mundo todo, foi transformado num vasto celeiro.
 - (B) O clima de muitos países, como por exemplo Rússia e Canadá, oferecem sérias restrições à agricultura.
 - (C) Uma grande parte das terras brasileiras estão cobertas pela floresta amazônica, o que a tornam impraticáveis para a lavoura.
 - (D) O Brasil ainda possui terras que podem ser destinadas à agricultura, uma área equivalente ao território da França e ao da Espanha somados.
 - (E) Resta ainda no Brasil milhões de hectares, que constitui uma das maiores reservas de terras agrícolas do planeta.
- 9. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:
 - (A) No final do século XX, a expressão "direitos humanos" assumiu o significado exato de direitos do homem, de acordo com a formulação, nas últimas décadas do século XVIII, das revoluções francesa e americana.
 - (B) Na Declaração Universal dos Direitos Humanos consubstanciam-se todos os direitos políticos e civis tradicionalmente enfechados nas constituições democráticas, reafirmando a fé na diguinidade da pessoa humana.
 - (C) A concepção de direitos humanos sofreu grande evolução no curso da História, tendo havido sempre uma íntima correlação entre a idéia de lei natural e a dos direitos naturais do homem.
 - (D) Direitos humanos é a designação genérica dos direitos que dizem respeito diretamente ao indivíduo, em decorrência de sua condição humana, em consonância com a lei geral.
 - (E) O documento reconhece a proteção aos homens contra a prisão arbitrária, preservando a liberdade de pensamento, consciência e opinião, e enumera os direitos econômicos e os do trabalhador.

- <u>Instruções</u>: Para responder à questão de número 10, assinale, na folha de respostas, a alternativa cuja frase está redigida com clareza e correção.
- 10. (A) O desenvolvimento dos automóveis se tornaram acelerados com os motores de combustão interna que muitos inventores usaram como protótipos para veículos automotivos, disponíveis com as máquinas a vapor de dimensões reduzidas e confiáveis.
 - (B) As dimensões confiáveis das máquinas à vapor, por ser reduzidas, se tornaram disponíveis para muitos inventores, mas que usaram os motores de combustão interna nos veículos com o desenvolvimento tecnológico dos automóveis, acelerados.
 - (C) Enquanto que as máquinas a vapor reduziram suas dimensões, mais confiáveis, muitos inventores, com seus protótipos e com seus motores de combustão interna, que acelerou o desenvolvimento tecnológico dos veículos automotivos.
 - (D) Quando máquinas a vapor confiáveis e de dimensões reduzidas se tornaram disponíveis, muitos inventores procuraram adaptá-las a protótipos de veículos automotivos, mas foram os motores de combustão interna que aceleraram o desenvolvimento tecnológico dos automóveis.
 - (E) As máquinas à vapor, que se tornou de dimensões reduzidas e confiáveis, ficaram disponíveis, foi adaptado a protótipos de automóveis, que só com motores de combustão interna que aceleraram o seu desenvolvimento.
- 11. Uma pessoa aplicou certo capital a juro simples de 4% ao mês. Ao final de 1 ano, retirou o montante e dividiu-o entre seus três filhos, na razão direta de suas respectivas idades: 9, 12 e 15 anos. Se o mais jovem recebeu R\$ 333,00 a menos que o mais velho, o capital aplicado foi
 - (A) R\$ 1 200,00
 - (B) R\$ 1 250,00
 - (C) R\$ 1 300,00
 - (D) R\$ 1 350,00
 - (E) R\$ 1 400.00
- 12. Certo mês, um técnico judiciário trabalhou durante 23 dias. Curiosamente, ele observou que o número de pessoas que atendera a cada dia havia aumentado segundo os termos de uma progressão aritmética. Se nos cinco primeiros dias do mês ele atendeu 35 pessoas e nos cinco últimos 215, então, o total de pessoas por ele atendidas nesse mês foi
 - (A) 460
 - (B) 475
 - (C) 515
 - (D) 560
 - (E) 575
- 13. Num dado momento, no almoxarifado de certa empresa, havia dois tipos de impressos: A e B. Após a retirada de 80 unidades de A, observou-se que o número de impressos B estava para o de A na proporção de 9 para 5. Em seguida, foram retiradas 100 unidades de B e a proporção passou a ser de 7 de B para cada 5 de A. Inicialmente, o total de impressos dos dois tipos era
 - (A) 780
 - (B) 800
 - (C) 840
 - (D) 860
 - (E) 920

- 14. Hoje, dois técnicos judiciários, Marilza e Ricardo, receberam 600 e 480 processos para arquivar, respectivamente. Se Marilza arquivar 20 processos por dia e Ricardo arquivar 12 por dia, a partir de quantos dias, contados de hoje, Marilza terá menos processos para arquivar do que Ricardo?
 - (A) 12
 - (B) 14
 - (C) 16
 - (D) 18
 - (E) 20
- 15. Suponha que o custo, em reais, de produção de x unidades de certo artigo seja calculado pela expressão $C(x) = -x^2 + 24x + 2$. Se cada artigo for vendido por R\$ 4,00, quantas unidades deverão ser vendidas para que se obtenha um lucro de R\$ 19,00?
 - (A) 18
 - (B) 21
 - (C) 25
 - (D) 28
 - (E) 30
- 16. Considere os seguintes pares de números:
 - (3,10) (1,8) (5,12) (2,9) (4,10)

Observe que quatro desses pares têm uma característica comum. O único par que não apresenta tal característica é

- (A) (3,10)
- (B) (1,8)
- (C) (5,12)
- (D) (2,9)
- (E) (4,10)
- 17. Observe a figura seguinte:



Qual figura é igual à figura acima representada?











<u>Instruções</u>: Para responder à questão de número 18, observe o exemplo abaixo, no qual são dados três conjuntos de números, seguidos de cinco alternativas.

(A) 10

(B) 12

(C) 13

(D) 15

(E) 18

O objetivo da questão é determinar o número x que aparece abaixo do traço no terceiro conjunto.

No primeiro conjunto, acima do traço, têm-se os números 3 e 4, e, abaixo, o número 12. Note que o número 12 é resultado de duas operações sucessivas: a adição dos números acima do traço (3+4=7), seguida da adição de 5 à soma obtida (7+5=12).

Da mesma forma, foi obtido o número 11 do segundo conjunto: 1+5=6; 6+5=11.

Repetindo-se a seqüência de operações efetuadas nos conjuntos anteriores com os números do terceiro conjunto, obtém-se o número x, ou seja, 2 + 8 = 10; 10 + 5 = x. Assim, x = 15 e a resposta é a alternativa (D).

<u>Atenção</u>: Em questões desse tipo, podem ser usadas outras operações, diferentes das usadas no exemplo dado.

18. Considere os conjuntos de números:

$$\frac{8}{25}$$
 $\frac{10}{64}$ $\frac{7}{x}$

Mantendo para os números do terceiro conjunto a seqüência das duas operações efetuadas nos conjuntos anteriores para se obter o número abaixo do traço, é correto afirmar que o número x é

- (A) 9
- (B) 16
- (C) 20
- (D) 36
- (E) 40
- Seis rapazes (Álvaro, Bruno, Carlos, Danilo, Elson e Fábio) conheceram-se certo dia em um bar. Considere as opiniões de cada um deles em relação aos demais membros do grupo:
 - Álvaro gostou de todos os rapazes do grupo;
 - Bruno, não gostou de ninguém; entretanto, todos gostaram dele;
 - Carlos gostou apenas de dois rapazes, sendo que Danilo é um deles;
 - Danilo gostou de três rapazes, excluindo-se Carlos e Fábio;
 - Elson e Fábio gostaram somente de um dos rapazes.

Nessas condições, quantos grupos de dois ou mais rapazes gostaram um dos outros?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

- Sabe-se que um número inteiro e positivo N é composto de três algarismos. Se o produto de N por 9 termina à direita por 824, a soma dos algarismos de N é
 - (A) 11
 - (B) 13
 - (C) 14
 - (D) 16
 - (E) 18
- 21. O Dr. Antonio Osório ocupava o cargo de dentista em determinado órgão público. Posteriormente, foi nomeado titular do cargo de procurador jurídico do mesmo órgão, depois de obter aprovação em concurso público. Esta nova vinculação com a administração pública se deu por meio de
 - (A) nomeação.
 - (B) recondução.
 - (C) reingresso.
 - (D) promoção.
 - (E) transferência.
- Contar-se-á, apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo correspondente ao afastamento do servidor público
 - (A) para desempenho de mandato classista.
 - (B) para exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - (C) para desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
 - (D) para missão ou estudo no exterior, mediante prévia autorização.
 - (E) para exercício de atividade política, a partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, no período máximo de três meses.
- 23. Incluem-se entre as penalidades disciplinares previstas no estatuto dos funcionários públicos civis da União:
 - (A) advertência, suspensão, demissão, exoneração.
 - (B) advertência, censura, suspensão, exoneração.
 - (C) censura, suspensão, demissão.
 - (D) advertência, suspensão, demissão.
 - (E) advertência, suspensão, exoneração.
- 24. Analise as seguintes proposições:
 - Sindicância, ou inquérito administrativo, é o único instrumento que a autoridade administrativa utiliza para apurar irregularidade no serviço público.
 - II. O processo disciplinar se desenvolve nas fases de instauração, inquérito administrativo e julgamento.
 - III. Encerrada a fase de instrução do processo disciplinar, a comissão processante proferirá julgamento, no prazo de vinte dias.
 - O processo disciplinar poderá ser revisto a qualquer tempo.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

- 25. NÃO caracteriza a vacância do cargo público
 - (A) a exoneração.
 - (B) o afastamento.
 - (C) a demissão.
 - (D) a promoção.
 - (E) a readaptação.
- A responsabilidade civil do servidor decorre de ato omissivo ou comissivo
 - (A) exclusivamente, em caso de dolo.
 - (B) exclusivamente, em caso de culpa.
 - (C) independentemente de dolo ou culpa, em qualquer circunstância.
 - (D) independentemente de dolo ou culpa, salvo se houver prejuízo ao erário.
 - (E) em caso de dolo ou culpa.
- Ressalvados os casos previstos na Constituição, o servidor público pode acumular um cargo ou emprego público efetivo com
 - (A) outro cargo, emprego ou função, em fundação pública.
 - (B) outro cargo, emprego ou função, em autarquia.
 - (C) os proventos da inatividade, desde que estes sejam relativos a cargo acumulável na atividade.
 - (D) outro cargo, emprego ou função, em sociedade de economia mista.
 - (E) os proventos da inatividade, mesmo que relativos a cargo inacumulável na atividade.
- 28. O servidor público federal tem direito a ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por
 - (A) 8 dias consecutivos, em razão de casamento.
 - (B) 8 dias consecutivos, para tratar de assuntos de seu interesse particular.
 - (C) 2 dias, para doação de sangue.
 - (D) 10 dias, em razão de falecimento dos pais.
 - (E) 3 dias, para alistar-se como eleitor.
- O servidor público civil da União só pode atuar, como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, para tratar de interesses de natureza
 - (A) previdenciária, de ascendentes ou descendentes de primeiro grau, e de cônjuge ou companheiro.
 - (B) previdenciária ou assistencial, de ascendentes ou descendentes de primeiro grau, e de cônjuge ou companheiro.
 - (C) previdenciária ou assistencial, de parentes até o segundo grau, e de cônjugue ou companheiro.
 - (D) assistencial, de ascendentes ou descendentes de primeiro grau, e de cônjuge ou companheiro.
 - (E) previdenciária ou assistencial, de descendentes de primeiro grau, e de cônjuge ou companheiro.
- A revisão do processo disciplinar pode ser feita, a pedido ou de ofício, com fundamento em
 - (A) fato novo suscetível de justificar a inocência do punido.
 - (B) alegação de injustiça da penalidade.
 - (C) necessidade de reapreciar a prova produzida no curso do processo.
 - (D) incapacidade mental superveniente, do servidor.
 - (E) falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 31. Dos órgãos e das entidades da administração indireta:
 - I. Sociedades de Economia Mista.
 - II. Fundações.
 - III. Empresas Públicas.
 - IV. Autarquias.
 - V. Fundos.

Quando a lei de criação NÃO dispuser em contrário, submetem-se às normas da Lei n^2 4.320/64, as indicações dos incisos supra:

- (A) I, II, III e V.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) II e IV.
- (E) II, IV e V.
- 32. A contabilização da execução da despesa orçamentária, após sua fixação e até seu pagamento ou inscrição em restos a pagar, com adoção de método funcional que controla as posições sucessivas das etapas da despesa, exige pelo menos a utilização de cinco contas básicas. O valor a ser inscrito como restos a pagar <u>não processados</u>, após a necessária anulação de empenhos, na forma da lei, constituiria o saldo da conta:
 - (A) Despesa Orçamentária.
 - (B) Despesa Empenhada.
 - (C) Créditos Disponíveis.
 - (D) Despesa Orçamentária a Pagar.
 - (E) Execução da Despesa.
- 33. As contas indicadas no balanço patrimonial, quando segregadas em quatro sistemas autônomos, como sugere a Lei nº 4.320/64, constituem-se pela junção dos sistemas
 - (A) orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado.
 - (B) orçamentário e financeiro.
 - (C) orçamentário e patrimonial.
 - (D) financeiro e patrimonial.
 - (E) financeiro, patrimonial e compensado.
- 34. Quando a contabilidade governamental é estruturada em quatro sistemas básicos e autônomos, isto é, que não se comunicam diretamente, como sugere a Lei nº 4.320/64, as contas interferenciais entre os sistemas financeiro e patrimonial costumam ser intituladas, respectivamente,
 - (A) transferências financeiras e transferências patrimoniais.
 - (B) transferências patrimoniais e transferências financeiras.
 - (C) execução da receita e receita orçamentária.
 - (D) execução da despesa e despesa orçamentária.
 - (E) movimentos de fundos financeiros e movimento de fundos patrimoniais.
- 35. É receita orçamentária corrente relativa a fato permutativo a
 - (A) de operações de crédito.
 - (B) de alienação de bens.
 - (C) patrimonial.
 - (D) de amortização de empréstimos.
 - (E) de receita da dívida ativa.

- Os bens de uso comum do povo, segundo o antigo código de contabilidade da União, seriam ativados caso gerassem fluxo financeiro futuro. A Lei nº 4.320/64 nenhuma referência fez quanto a critérios de sua contabilização. Dentre os critérios para reconhecimento de ativos, as normas de contabilidade estabelecem: a) a propriedade; b) geração de fluxo financeiro futuro; c) valor de troca; que não constituiriam critérios válidos para o setor governamental. As aplicações de recursos pelo governo, na formação de bens dessa natureza, constituem aplicações diretas, geram acréscimo de riqueza, e constituem despesas de capital, típicas para fatos permutativos, o que estaria a recomendar sua ativação. Assim posto o problema, percebe-se que a ativação de bens de uso comum do povo, quando não decorresse de investimento feito, mas simplesmente por gerar fluxo de receita futuro, se contraporia ao princípio
 - (A) da prudência.
 - (B) da entidade.
 - (C) da competência.
 - (D) do custo como base de valor.
 - (E) da oportunidade.
- 37. As transferências tributárias constitucionais referem-se a
 - (A) contribuições sociais e econômicas.
 - (B) contribuições de melhoria.
 - (C) impostos e taxas.
 - (D) taxas, apenas.
 - (E) impostos, apenas.
- 38. O maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público é relativo
 - (A) às funções.
 - (B) às subfunções.
 - (C) às categorias econômicas.
 - (D) às modalidades de aplicação.
 - (E) aos programas.
- O instrumento de programação, o qual envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo, é
 - (A) o programa.
 - (B) o projeto.
 - (C) a atividade.
 - (D) a operação especial.
 - (E) a ação orçamentária.
- É recurso de cobertura de créditos suplementares ou especiais, decorrente de receitas n\u00e3o gastas em per\u00edodos anteriores,
 - (A) o saldo do orçamento.
 - (B) o superávit financeiro.
 - (C) o excesso de arrecadação.
 - (D) a anulação de crédito.
 - E) as operações de crédito com amortização e encargos a serem pagos em exercícios financeiros subseqüentes.

- 41. Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento, obviamente por meio juridicamente adequado, pendente ou não de implemento de condição. Para cada empenho, é extraído documento denominado nota de empenho, podendo sua emissão ser dispensada nos casos especiais previstos na legislação específica. Assim, a simples anulação da nota de empenho sempre implica a
 - (A) não inscrição dessa despesa como restos a pagar processados.
 - (B) não inscrição dessa despesa como restos a pagar não processados.
 - (C) anulação do empenho, quando ainda não ocorrida sua liquidação.
 - (D) sua reemissão ou a anulação do empenho, na forma
 - (E) anulação automática do empenho.
- 42. Os créditos orçamentários têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem autorizados. Porém, se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício, a Constituição autoriza sejam reabertos, nos limites dos seus saldos, os créditos adicionais
 - (A) especiais.
 - (B) suplementares.
 - (C) extraordinários.
 - (D) especiais e extraordinários.
 - (E) suplementares e extraordinários.
- Para que uma receita orçamentária seja considerada como tal na execução da receita, é necessário que tenha sido
 - (A) prevista no orçamento, lançada, arrecadada e reco-
 - (B) prevista no orçamento, lançada e arrecadada.
 - (C) lançada e arrecadada.
 - (D) arrecadada e recolhida.
 - (E) arrecadada.
- 44. Especificamente em relação às despesas por fornecimentos feitos ou serviços prestados, a Lei nº 4.320/64 estabelece que a liquidação da despesa deve ter por base inclusive o contrato, ajuste ou acordo respectivo, podendo ser verbal, até determinados parâmetro e condição estabelecidos
 - (A) na própria Lei nº 4.320/64.
 - (B) no Decreto Lei nº 200/67.
 - (C) na Lei nº 8.666/93.
 - (D) na Constituição.
 - (E) na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 45. A fase da despesa orçamentária, que gera no sistema financeiro o registro do compromisso decorrente de uma despesa orçamentária adequadamente fixada e processada, denomina-se
 - (A) licitação.
 - (B) empenho.
 - (C) entrega da mercadoria ou prestação do serviço ou do encargo.
 - (D) liquidação.
 - (E) ordem de pagamento.

- 46. A licitação, salvo por motivo de interesse público devidamente justificado, e sem prejuízo da habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais, será efetuada no local
 - (A) da repartição interessada.
 - (B) indicado no edital.
 - (C) do fornecimento ou prestação.
 - (D) do maior centro de fornecimento ou prestação do seu objeto.
 - (E) indicado pelo ordenador da despesa.
- Para fins de licitação, o órgão ou entidade signatária do instrumento contratual denomina-se
 - (A) contratado.
 - (B) contratante.
 - (C) outorgante.
 - (D) outorgado.
 - (E) licitante.
- 48. Na verificação do direito adquirido pelo credor, a Lei n^2 4.320/64 exige que se tenha como base o contrato, em se tratando de
 - (A) fornecimentos ou serviços prestados.
 - (B) transferências intergovernamentais.
 - (C) contribuições.
 - (D) auxílios.
 - (E) concessão de empréstimos e financiamentos.

Instruções: As questões de números 49 e 50 deverão ser respondidas considerando as informações a seguir, relativas a um exercício financeiro de entidade governamental, cujo orçamento foi aprovado sem saldo.

Receita prevista no orçamento		100
Excessos de arrecadação		20
Insuficiências de arrecadação		5
Receita recolhida		105
Créditos adicionais abertos		
 a. com recursos de anulação 	30	
b. com outros recursos	<u>25</u>	55
Economia orçamentária do exercício		15
Despesa paga		90

- 49. O resultado da execução orçamentária foi de
 - (A) 10 superávit.
 - (B) 5 superávit.
 - (C) 5 déficit.
 - (D) 10 déficit.
 - (E) 25 déficit.
- 50. O "restos a pagar" inscrito, foi de
 - (A) 10
 - (B) 15
 - (C) 20
 - (D) 45
 - (E) 30

MODELO - Prova Grupo P, Tipo I	
Instruções: As questões de números 51 a 60 deverão ser respondidas tendo em conta os demonstrativos contábeis exclusivamente resultantes dos dados e informações a seguir, relativos a uma entidade de direito público.	54. Despesa Extra-Orçamentária (indicada no Balanço Finar ceiro): (A) 17 (B) 18
Saldos Iniciais: – Caixa e Bancos 25 – Aplicações Financeiras 15 – Restos a Pagar 25 – Restituições a Pagar 10 – Almoxari- fado 20 – Bens Móveis 30 – Dívida Fundada 50 – Saldo Patrimonial 5	(C) 23 (D) 37 (E) 38
Operações: 1. Orçamento aprovado para o período:	55. Mutações Patrimoniais Ativas:
a. Receita: b. Despesa:	
Impostos 50 Pessoal 30 Taxas <u>10</u> Material Permanente 20	(A) 10
60 Amortização da Dívida 10	(B) 22
60	(C) 27
c. crédito especial aberto com recursos de	(D) 29
excesso de operações de crédito 15	(E) 49
 Arrecadação do período; a) impostos, via amigável 70; b) taxas 7; c) empréstimos tomados para atender insuficiência de tesouraria 10; d) operações de crédito relativas ao crédito especial 15; 	56. Mutações Patrimoniais Passivas:
e) depósitos em caução para cumprimento de contrato 8.	(A) 4
Total arrecadado 110	(B) 10
3. Despesa empenhada e liquidada:	(C) 13
 a) Pessoal 27; b) aquisição de móveis diversos 17; c) Amortização da Dívida 10; d) despesas efetivas do crédito 	(D) 15
especial 8.	(E) 17
Total 62	
4. Pagamentos do período: Da despesa empenhada e liquidada: a) depois de retidas consignações no valor de 7; b) o valor de 10 de Pessoal	57. Independentes da Execução Orçamentárias Ativas:
ficou para ser pago no exercício subseqüente. Foi pago ainda: c) o valor de 20 de restos a pagar; d) recolhido às	(A) 22
consignatárias o valor de 3; e) restituídos depósitos no valor	(B) 25
de 4; resgatadas as antecipações de receita 10.	(C) 27
Total pago 82	(D) 32
5. Outras ocorrências:	(E) 34
 a) impostos inscritos como dívida ativa 12; b) material de consumo requisitado ao Almoxarifado 13; c) correção monetária da dívida fundada 4; e d) bem imóvel recebido por doação 10. 	58. Independentes da Execução Orçamentárias Passivas:
51. Resultado da Execução Orçamentária:	(A) 38
51. Resultado da Execução Orçanientaria.	(B) 29
(A) 15	(C) 28
(B) 30	(D) 19
(C) 45	(E) 17
(D) 47 (E) 48	
52. Economia Orçamentária:	- 59. Resultado Patrimonial:
	(A) 50
(A) 10	(B) 48
(B) 11	(C) 47
(C) 13 (D) 19	(D) 26
(D) 19 (E) 32	(E) 21
53. Receita Extra-Orçamentária (indicada no Balanço Financeiro):	60. Saldo Patrimonial:
(A) 25	(A) 52
(A) 25 (B) 35	(B) 57
(C) 50	(C) 59
(D) 52	(D) 63
(E) 53	(E) 68